

# O clima é tenso na definição do sistema

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Salvo mudança inesperada, começa hoje a batalha pelo sistema de governo. Parlamentaristas e presidencialistas continuam apregoando vitória. Estes sustentam dispor de 300 votos; aqueles anunciam contar com número mais do que suficiente para aprovar a sua proposta. Quem perder será tentado a vingar-se. De quem? Do presidente José Sarney. Como? Votando nos quatro anos de mandato. Apesar de haver uma tendência pelos cinco anos, nem isso é garantido. No tocante ao sistema de governo, pode ser que os dois lados percam na primeira votação, isto é, que nem a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena nem a emenda parlamentarista do deputado Egdio Ferreira Lima consigam os 280 votos necessários. Nesse caso, teremos dois dias, no mínimo, de negociações suplementares, ainda que diante do mesmo impasse de sempre: não dá para chegar a um meio termo entre parlamentarismo e presidencialismo. O que sair será uma ou outra coisa. Assim, as negociações se resumirão a tentativas de aliciamento. Fica difícil saber que sistema, afinal, irá prevalecer.

Os parlamentaristas, à falta de outros argumentos, permanecem acentuando deter a chave para a estabilidade institucional. Exemplificam com o Império. Seria bom, no entanto, que atentassem para a História. No Império houve de tudo. O parlamentarismo não impediu, em 1824, a Confederação do Equador, em Pernambuco, nem a guerra civil, no Pará, a Revolução dos Periquitos, na Bahia, e a revolta em Minas Gerais. Não evitou, em 1831, a Noite das Garrafadas, no Rio, e a abdicação de d. Pedro I. Estabilidade, onde?

Ficou igual durante a Regência e o Segundo Reinado, não obstante a existência do poder moderador, verdadeiro ato institucional digno de nossos (?) mais empedernidos generais-presidentes. No mesmo 1831, a Setembrada, em Pernambuco. No ano seguinte a Abrilada e a Guerra dos Cabanos. Em 1835 a Revolução dos Farrapos, em 1839 a Revolução Catarinense e, em 1848, a Praieira. Teria o parlamentarismo, ao menos, preservado o País de conflagrações externas? Nem pensar. Em 1850, a Guerra contra Rosas, na Argentina, em 1863 a intervenção no Uruguai e em 1865 o início da Guerra do Paraguai.

O governo caberá a um primeiro-ministro selecionado pelas forças político-partidárias, muito provavelmente sem escapar aos conchavos, às promessas e barganhas. Com a agravante de que saído do atual Congresso, eleito em 1988, numa situação intrinsecamente diversa da atual ou daquela que se estiver verificando daqui a um ano ou dois. O sentimento popular é outro, mas serão os escolhidos no passado a pautar o futuro.

Fica pior quando se analisam as prerrogativas do presidente da República e do primeiro-ministro. Este se encarrega da política econômica, aquele nomeia os presidentes e diretores do Banco Central. Um, o primeiro-ministro, tem a iniciativa exclusiva da apresentação de projetos de lei, outro, o presidente da República, isoladamente, deve sancionar ou vetar as novas leis. O chefe de Estado nomeia os comandantes de tropa, o chefe de governo indica o ministro do Exército e demais ministros militares. Estando em choque, um, recém-saído das urnas com 40 milhões de votos, outro, detentor de eventual maioria parlamentar, como ficarão as instituições, senão em frangalhos?

Mas tem muito mais. Estabelecido o sistema parlamentarista no plano federal, ninguém evitará que as assembleias legislativas, ou o próprio Congresso, venham a adotá-lo nos planos estadual e municipal. Um primeiro-secretário governando São Paulo, produto de cambalachos feitos na Assembleia? Ou um primeiro-vereador, no Rio, decidindo em nome dos inquilinos da gaiola de ouro, alguns até patrocinados pelo jogo do bicho, o lenocínio e o tráfico de drogas?

Parlamentarismo exige partidos fortes, estruturados, e, legal ou eticamente, submetidos à fidelidade partidária. Só que isso não existe, aqui, devendo custar muito para existir. Também não existe o voto distrital, há pouco repudiado na Assembleia Nacional Constituinte, mas inerente ao sistema que se fala em aprovar.

Há outros argumentos. Por acaso consultaram o povo, exceção a uma dessas canhestras prévias, feita por encomenda a amostragem? Esqueceram-se do plebiscito de janeiro de 1963, onde, apesar das fartas doses de corrupção, ficou demonstrado de forma inequívoca que o País prefere o presidencialismo? Esquecem-se dos fatores culturais, que levam o brasileiro a exigir um responsável maior por tudo, pa-

Só isso? Não. A Questão Religiosa rasgou o Brasil de alto a baixo, em 1872. Onze anos depois, foi a questão militar. E em 1889 não houve parlamentarismo capaz de dar jeito na quartelada que foi a Proclamação da República. A "estabilidade institucional" não poupou nem d. Pedro II. Fica difícil, assim, ver os parlamentaristas alinharem as convulsões, rebeliões e revoluções da República como se tivessem acontecido na razão direta do presidencialismo-republicano.

Mas tem mais, quando se sai da História para a análise do projeto que pretendem implantar à socapa, sem consulta ao povo, como se fosse possível mudar a natureza das coisas. Tome-se a eleição direta de presidente da República, que não tiveram coragem de extinguir na emenda parlamentarista, apesar de contrariar a essência e a ortodoxia do sistema. O sucessor de Sarney, tanto faz se eleito este ano ou no outro, emergirá das urnas depois de veemente e até virulenta campanha. O vitorioso precisará exprimir anseios, queixas, reclamações e revolta de toda espécie, mais do que os concorrentes. Terá prometido mundos e fundos, apresentado planos e programas de recuperação nacional, e até ameaçado os corruptos com cadeia. Precisarão dispor de um mínimo de 40 milhões de votos, para eleger-se. Talvez mais, se mantido o sufrágio facultativo para menores entre 16 e 18 anos. Para quê? Para nada. Ao receber a faixa presidencial, deverá reconhecer-se impotente, mero chefe de Estado com uns poucos poderes adicionais.

Terá ajudado a burlar o eleito, a menos que inicie logo a conflagração, sabotando o novo sistema e lutando para implodir-lo.

## Eleições gerais

Uma nova proposta começava a circular nos corredores do Congresso, ontem, para o caso de dar cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, com presidencialismo ou com parlamentarismo: eleições gerais no ano que vem. Não haveria o pretexto do trauma que as eleições gerais este ano poderiam causar, conforme o Palácio do Planalto, nem a defasagem que seria um novo presidente da República, com ou sem primeiro-ministro,

ra votar ou aplaudir? Ou não se lembram da evidente característica de nossos militares, calcada na autoridade e na hierarquia, volta da para um comandante maior?

Não ficam aqui as coisas. Há o exemplo de um parlamentarismo até mais aperfeiçoado do que o atual, imposto pelo Congresso em 1961, na calada da noite, para resolver uma crise. Nada funcionou e o processo deu um jeito, ou seja, em 1964. No regime militar, ao tumulto e à desagregação seguiu-se a ditadura, por 21 anos. Amanhã, como ontem, a sucessão de crises, substituições de gabinete e conflitos, além da clara inviabilidade administrativa, desembocará na escolha do mesmo primeiro-ministro de sempre: um Urutu.

Quando isso acontecer os parlamentaristas de agora, especialmente aqueles de última hora, farão o que sempre fizeram. Chamarão os liberais para pôr o pescoço de fora, por eles. Para arriscar-se e resistir contra o arbítrio.

Dias atrás, referindo-se ao fato de o presidente José Sarney estar açulando os militares por conta da possibilidade da redução de seu mandato, saiu-se o deputado Ulysses Guimarães com frase de efeito: "Esse filme já vimos". O problema está em que o outro filme, parlamentarista, também já vimos. É pena que muita gente tenha ficado de olhos fechados na sessão de cinema dos anos 60.

Ontem, na Capital Federal, o clima era tenso. Vive-se aqueles instantes muito conhecidos pelos estudantes que se encaminham para os exames vestibulares. Estudar no ônibus ou durante o café da manhã não adianta mais. Será enfrentar as provas, com a caneta na mão.

C.C.

começar seu mandato enfrentando um Congresso velho, resultante de um jogo de forças válido para o final de 1986, mas, hoje, completamente ultrapassado.

O presidente José Sarney, ao que se diz, é o maior entusiasta da proposta, que cuidará de encaminhar caso, como parece mais provável, não venha a ter o seu mandato reduzido para quatro anos. Hipótese, porém, que não se deve considerar descartada.